Alzira Guiomar Jerez LAGUNA*

A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor

Resumo

A leitura paradidática apresenta-se com o objetivo de despertar nas pessoas o prazer de ler, reconhecendo-se o ato de ler como capaz de instruir, divertir, fazer sonhar com projetos pessoais, políticos, de justiça, de amor e paz. Este texto procura destacar a importância da apropriação e do acúmulo de bens culturais por meio da linguagem, com a possibilidade de transformar-se e atuar sobre o ambiente. Discute a complexidade da popularização da leitura, cuja tarefa requer muita perseverança, esforço contínuo e mostra que, mesmo na escola, a atividade de leitura ainda permanece como prática insípida e infrutífera e que, somente através do professor, será possível desenvolver atividades que levem o aluno a se inserir no mundo de uma nova linguagem que o transforme num leitor crítico e, a partir daí, transferir essa criticidade para a vida cotidiana, assegurando seu direito à cidadania e a completa realização social.

Abstract

The paradidactic reading has the objective of awakening people for facilitating the pleasure of reading and recognizing the reading act as able to instruct, enjoy and to make dream with personnel and political projects as well projects of justice, love and peace. This text intends to detach the importance of the appropriation and the accumulation of cultural goods by language, with the possibility of transforming itself and acting on the environment. It discusses the reading popularization complexity, which task requires a lot of perseverance, continuous efforts and shows that even in the school, the reading activity still keeps as a flat and useless practice and that only through the teacher it will be

possible to develop activities that take the student to insert a new language world that will transform him in a critical reader and, thus, to transfer that critical daily life, for assuring his citizenship rights and the complete social achievement.

Ao falarmos de educação no Brasil, estaremos, simultaneamente, falando da história da leitura, uma vez que elas sempre estiveram associadas. A instauração dessas duas práticas segue os mesmos passos e, de certa forma, é determinada pelos mesmos processos sócio-econômicos e políticos.

Nosso sistema escolar sempre foi modificado em função dos interesses das classes sociais dominantes. A tão sonhada escola pública, única, gratuita e democrática, visando à formação de cidadãos, ainda representa uma utopia para milhões de brasileiros.

Desde sua origem, a escola brasileira sempre apresentou dicotomias: de um lado, um tipo de classe dominante, de outro, a escola da classe dominada, que se limita ao ensino mais que elementar, com fins pragmáticos, ditado pelo mercado de trabalho de cada época.

Segundo Fernandes (1989), a Proclamação da Independência do Brasil e da República não liberaram a educação e a cultura de modelos utilizados em seu período colonial. Ainda hoje, a escola está calcada na filosofia de preservação de cultura autoritária e sociedade de castas. Essa situação é fruto de uma democracia restrita, isto é, uma democracia de uma minoria privilegiada, que detém riqueza, poder e saber. Observa-se que, apesar de já se passarem mais de quatro séculos desde a implantação de nosso primeiro sistema educacional, grande parte da educação atual ainda se prende ao mesmo ideário da época.

*Mestre em Educação (Didática). Licenciada em Pedagogia. Professora das Faculdades Integradas "Campos Salles".

Há necessidade de mudança no quadro educacional brasileiro, para que o país possa se expandir. Assim, a educação, principalmente a formação de professores, é foco de interesse e discussão de todos os dirigentes, sejam eles governamentais ou não. A educação continua a ser vista como um problema técnico, em que investimentos são feitos em bens mais duráveis ou em cursos de formação que oferecem conhecimento ao professor, sem levá-lo à consciência crítica. São novos tecnólogos programando a educação, sem considerar as variações decorrentes de contextos sócio-históricos diferentes, é uma nova padronização que, por sua vez, abafa as diferenças e conflitos, gerando mais alienação.

Dada a seriedade da questão, hoje, mais do que nunca, a leitura desponta como uma possibilidade de mudanças. Além de permear toda e qualquer prática pedagógica, ela é responsável pelo autodesenvolvimento contínuo, mesmo após o término do ensino formal. Mais do que tudo, através da leitura, pode-se sair da alienação, gerada por estagnação de idéias, que se tornam obsoletas devido a mudanças históricas.

Direta ou indiretamente, o professor está responsabilizado pelo fracasso escolar de seus alunos e seu mau preparo chama atenção, pois, certamente, gera a impossibilidade de executar de forma satisfatória os currículos, ainda que planejados fora da realidade do país. Mais uma vez, pode-se dizer que o aperfeiçoamento e atualização permanentes do professor podem tornar melhor seu desempenho.

Kato (Corte, 1998) diz ser indispensável que o professor tenha conhecimento metacognitivo: *"é preciso saber o quê e como alguém aprende, para então estabelecer o quê e como ensinar"*.

"Todo professor deveria saber, não só com o coração, mas também com a mente, o porquê de estar ensinando determinado conteúdo, como faz isso, até que ponto seu procedimento é efetivo e o que o processo da leitura envolve".

(Scott, 1986 in Corte, 1998) .

Essa consciência de todo o processo de ensino e aprendizagem da leitura possibilitará ao professor avaliá-lo e direcionar sua prática. Se não houver uma atitude por parte do professor que derrube o autoritarismo que caracteriza a prática da leitura nas escolas, o desenvolvimento do senso crítico, tão desejável, fica desperdiçado em meio de atividades "insípidas e deformadoras".

Como resultado de estudos e pesquisas, existem atividades que não são receitas, mas sugestões colhidas de outras mãos que criaram e modificaram e que são oferecidas para serem recriadas e novamente modificadas visando à realidade de cada professor e de cada aluno na busca do prazer de ler.

As habilidades que favorecem a formação do leitor estão situadas no início da vida. A formação do leitor, portanto, deve começar bastante cedo, antes dos ciclos ou séries escolares. Tais habilidades precisam percorrer a vida no lar, na creche e na escola infantil.

O trabalho com a leitura é um ato político. O professor, como mediador entre a obra e o aluno-leitor, deve considerar o contexto em que se situam os elementos da comunicação literária: aluno, obra e ele próprio, professor. A partir daí, o professor buscará entender as necessidades e anseios dos alunos quanto aos próprios limites da obra que vai ser lida e a posição que pode assumir frente a ela.

Para Martins, o homem é um ser pensante por natureza, mas sua capacidade de raciocínio precisa tanto de treinamento quanto necessita o seu físico para tornar-se um atleta. Nada é gratuito, sequer o prazer. Este nasce de um desejo de realização, pressupondo um objetivo e um empenho em atingi-lo. O amor pelos livros não é algo que apareça de repente no sujeito adulto diante de romances, poemas, novelas de qualquer tipo. É preciso ajudar desde cedo a criança a descobrir o que os livros e a leitura podem oferecer. Cada livro traz uma idéia nova, ajuda a fazer uma descoberta importante e amplia o horizonte da criança. Histórias e livros que pais e filhos vêem juntos formam a base do

interesse em aprender a ler e gostar dos livros, prazer que se estende por toda a vida.

“A gente só estimula aquilo em que acredita”, (Rocha - Folha, 22/2/99). Tomando como verdadeira a assertiva da escritora, torna-se oportuno examinar a formação do professor e sua posição em relação à quantidade e qualidade da leitura que faz e o gosto que sente nisto.

Se o gosto pela leitura tem possibilidade maior de se instalar até os 10 anos de idade de uma pessoa, fica clara a responsabilidade do professor do ensino fundamental, pois é ele quem trata com o estudante até a quarta série ou segundo ciclo, conforme a classificação em cada estado brasileiro. A história que cada professor pode contar sobre sua relação com a leitura marca definitivamente sua atuação como mediador da leitura de seus alunos. Em nenhum campo da formação humana, o homem será um ser acabado. O processo de construção é algo de permanente; portanto, no campo da leitura, as coisas hão de se passar assim: o professor está se construindo como leitor e o mesmo acontecerá com seu aluno.

O professor pode desejar formar alunos/leitores, mas a realização de seus desejos fica sempre aquém do esperado. Silva (1994) justifica tal fato afirmando que falta nos próprios professores uma mentalidade dirigida para as intenções proclamadas pela escola através deles. Ao se afirmar que o trabalho escolar visa a conseguir leitores conscientes, críticos e criativos durante e após sua vida escolar, supõe-se que os professores desenvolvam de forma crítica e criativa sua relação com os sujeitos- leitores que participam de sua ação, mas isto não acontece.

De nada valerão indicações da legislação superior sobre livro/leitura/literatura, se não acontecerem mudanças internas nas pessoas e nas instituições responsáveis pela educação. A mudança da mentalidade dominante na escola e no trabalho do professor é uma exigência para o cumprimento de uma nova proposta para o trabalho com a leitura, quer informativa, quer de literatura.

Indagando por que as famílias enviam seus filhos à escola, Silva relaciona o propósito de “aprender a ler” e diz que, em função desse aprendizado, deverá surgir o “ler para aprender”, isto é, *“conseguir uma capacitação para compreender os diferentes tipos de textos que existem em sociedade e, assim, poder participar da dinâmica que é própria do mundo da escrita”*. E, categoricamente, atribui à escola, à ação docente e às práticas curriculares, a ascensão e o cumprimento desta expectativa social. Mas, com seu olhar crítico, denuncia o objetivo maior da sociedade, de seus elementos formadores, de conseguirem, através da escola, a reprodução do estado dominante. Cabe à escola e aos professores decidirem se a leitura e o leitor formado deverão ser produtos de uma reprodução ingênua da sociedade ou algo e alguém preparado *“para o enfrentamento de suas contradições e desafios”*.

O trabalho de seleção e indicação de livros e material em geral, para uma leitura paradidática, exige preparo e cuidado por parte do professor, uma vez que a indicação deste e não daquele autor requer justificativas claras do objetivo que ele tem em vista, devendo haver uma coerência entre os objetivos propostos para a educação do leitor e os textos relacionados para leitura. No dizer de Silva, quer queira quer não, *“(...) as crianças tendem a assimilar como verdades os referenciais dos textos aos quais são expostos”*.

São muito fortes as referências dos autores aqui estudados, quando aludem à necessidade de ser o professor um leitor de qualidade, aquele que atende aos requisitos de uma leitura crítica e criativa, capaz de contribuir para as mudanças e transformações que a sociedade está sempre a empreender, um professor que tenha hábito e gosto de ler para aprender e para se divertir, características do prazer de ler.

Magnani (1994), falando em “pragas” que assolam a leitura e a escola, comenta que:

“Na escola, praga mesmo não é o professor que não manda ler, é o professor que não lê. Quem não lê não sabe o que está perdendo, portanto não tem por que aconselhar ou criar oportunidades para que

outros leiam. A experiência de leitor é intransferível. Se alguém lê e consegue com isso que outro se impressione e tente também, esta já será uma outra experiência”.

(Magnani, 1994)

Tratando da formação do gosto pela leitura, o mesmo autor imprime ênfase à afirmativa:

“...o gosto pela leitura (...) não é um dado da natureza humana, imutável e acabado e sua formação tem a ver com as necessidades, com o tempo e com o espaço em que se movimentam pessoas e grupos sociais”.

(Ibidem)

Se a autora afirma que o gosto se aprende, pode-se afirmar, então, que ele poderá ser ensinado. É aqui que se ressalta o papel que o professor tem a desempenhar no desenvolvimento de seus alunos leitores.

O papel do professor é de articulador de princípios e práticas relacionadas à leitura que forçosamente façam parte de sua vida. O professor deverá saber ...

“...que é preciso trazer a leitura para a sala de aula, para despertar o sabor de ler, que é preciso propiciar condições para o prazer como satisfação de necessidades, para a consciência da moda e do aspecto social da leitura e do gosto, para a argumentação fundamentada e para o julgamento estético, com vistas à tomada de consciência das opções e funções dos propósitos do sujeito leitor”.

(Ibidem)

Não é num passe de mágica que professores e alunos vão conseguir o gosto e descobrir o prazer de ler. O mais lógico para atingi-lo deve ser buscado numa prática compartilhada. Cabe ao professor romper com o estabelecido e buscar o avanço, problematizando o conhecimento e transformando-o num desafio favorável à mudança permanente.

“Entendendo-se que os gostos não são naturais, nem imutáveis, nem sucessivos, mas que se integram ao processo de desenvolvimento sem sobressaltos, em que o sujeito vai superando a si mesmo, traçando seu percurso histórico rumo a um objetivo que é sempre provisório e ponto de partida para novos

avanços, o trabalho com a leitura da literatura tem de levar em conta essa luta da criança e do jovem (e do professor) inserida na luta e nas contradições da linguagem”.

(Magnani, 1994)

Ao dedicar-se a compor livros escolares e infantis, Olavo Bilac (Lajolo, 1994) parece ter funcionado como anteparo ideológico da classe que, com a República, assumia o poder político correspondente ao poder econômico de que já dispunha. As campanhas de educação em curso nos anos 80/90 do século passado são parte do projeto de modernização capitalista que o regime republicano e o fim da escravidão pareciam afiançar.

Olhar as mazelas dos sonhadores do passado é um estágio muito importante, para compreender as mazelas dos sonhadores do presente. O tempo de Bilac, por exemplo, e seus parceiros, deixam compreender o tempo presente. Eles assistiram à criação do gênero, viveram a pré-história do livro didático brasileiro que, a partir de meados do século XX, assume a dimensão de mercadoria, para a qual se vocacionava desde que nasceu e hoje vive plenamente. (Lajolo, 1994).

Num balanço geral, ainda hoje as críticas superam os aplausos: muitos erros são encontrados nos livros, erros de conteúdo, que reforçam ideologias conservadoras, que subestimam a inteligência de seu leitor/usuário, que alienam o professor de sua tarefa docente, presença de textos pirateados, temas que direcionam a leitura, que barateiam a noção de compreensão e de interpretação.

O livro, como principal instrumento da aprendizagem da leitura, tem sido presença obrigatória nas escolas e figurado nas páginas dos jornais, nos anúncios de TV e jornais informativos de rádio/TV, que ora informam datas de distribuição pelo Ministério da Educação, ora discutem a qualidade, ora discutem o seu conteúdo. Os livros didáticos representam fatia bastante considerável dos livros produzidos no Brasil (Oliveira et al., 1984). Foi no decorrer dos anos

trinta que surgiram os primeiros esforços brasileiros de centralização das providências relativas ao livro para as escolas, por parte do governo federal e dos governos estaduais. Segundo Freitag (1993), as medidas tomadas àquela época somente adquirem sentido, se analisadas à luz da política educacional do Estado Novo e das funções dessa política para a estabilização da ditadura Vargas, que buscava, sim, o controle ideológico de todo o sistema educacional brasileiro.

Se, durante o Estado Novo, as escolas, tanto públicas como privadas, só podiam usar livros recomendados pelo CNLD – Conselho Nacional do Livro Didático – nos primeiros anos do governo militar a situação foi equivalente, cabendo à COLTED – Comissão do Livro Técnico Didático – a função de recomendar. A partir da legislação de 1985 da Nova República, que não prevê atuação de uma comissão específica, a seleção dos livros é feita em listas fornecidas pela Diretoria do Livro Didático da FAE às escolas, num esforço de ter a participação de administrações e professores. Note-se que a inclusão de um material nesta relação depende do seu custo. Uma vez selecionado, o livro será comprado através da FAE e distribuído às escolas pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação (Freitag, 1993).

Ao lado das trilhas do ensino do Português como língua nacional, caminha o livro didático que, na forma da lei, só recebeu atenção no que se referia a custos e despesas. Como o demonstram os Pareceres CFE nºs 235/65, 1.031/76 e 678/80 que tratam, respectivamente, do uso do livro didático ser ou não por quatro anos, da adoção do livro didático pelo território nacional, incentivando a divulgação do Banco de Livros e da preocupação com o reaproveitamento dos livros.

A partir desse elenco, percebe-se que, apesar de o livro didático estar no meio estudantil desde antes de 1971, nunca foi alvo de preocupação pedagógica, pelo menos dos legisladores.

Pelas condições históricas, o livro didático passava a ser o material perfeito, pois trazia aos

alunos muitas cores, figuras, músicas etc. e, para os professores vigiados pela ditadura, planejamentos com o “permitido”.

O livro didático permaneceu até 1986, quando aconteceu a reforma do núcleo comum do currículo do então primeiro e segundo graus, em que a função e o conteúdo da língua nacional foram revistos e o livro didático não. “Este mudou em seu conteúdo, mas não em uma estrutura que acompanhasse as novas exigências. *“Daí, ter-se um livro tão repetitivo e maçante”* (Freitag, 1993).

Umberto Eco (1980), no estudo sobre os livros didáticos apresentados às crianças e adolescentes nas escolas, critica os textos que compõem seu conteúdo. Dividido em diferentes temas que mostram preconceitos e erros conceituais sobre as relações humanas, sociais e familiares, Eco diz que os livros falam *“dos pobres, do trabalho, dos heróis e da Pátria, da importância e da seriedade da escola, da variedade das raças e povos que habitam a terra, da família, da religião, da vida cívica, da história humana, da língua italiana, da ciência, da técnica, do dinheiro e da caridade”*. Esta relação de assuntos parece estar mostrando ao jovem problemas, o que deverá enfrentar no dia-a-dia de sua vida adulta, mas o faz de forma totalmente equivocada.

Em 1995, o MEC, através de especialistas, fez uma seleção de títulos de livros didáticos inseridos no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, definindo os critérios de exclusão de livros que apresentassem :

a) a presença quer de erro(s) conceitual(ais) grave(s), quer de formulação que induzissem ao erro;

b) a expressão de preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação social que estivessem em desacordo com a Constituição Brasileira;

c) doutrinação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público.

Estas medidas objetivavam ser, além de orientação ao professor no processo de escolha, também um instrumento norteador para produção

de materiais didáticos.

Nesse mesmo ano, a FAE/MEC (atualmente FNDE) descentralizou o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – para os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em São Paulo, em 1995, foram introduzidas alterações significativas no Programa Nacional do Livro Didático. A partir desta data, além dos professores apresentarem títulos de livros didáticos, foram incluídos módulos de livros de literatura e informativos (os paradidáticos) selecionados pela equipe técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, permitindo uma adequação da oferta de títulos às propostas pedagógicas em curso, além do atendimento às necessidades dos professores da rede pública estadual, que preferem trabalhar com textos diversificados (Pesquisa, FDE, 1993).

A adoção de uma política cultural implica, em primeiro lugar, em popularizar a literatura, pois os programas públicos de estímulo à leitura são iniciativas em que, direta ou indiretamente, o Estado atua visando à propagação da literatura nacional e a sua popularização. Todo o interesse em popularizar a leitura e democratizar o acesso de autores a leitores, contudo, apresenta-se de duas formas bem distintas. Primeiro, quando se trata de autores de textos que contam com o reconhecimento literário, isto é, que são sucesso de livrarias, de público e das rodas eruditas, o caminho tem sido buscar suporte em instituições oficiais. Então, surgem os convênios de editores com institutos de livros, fundações culturais e universidades, os circuitos de escritores por universidades, a programação de visitas de autores a escolas e passagem por secretarias de educação. Segundo, quando os textos não contam com o reconhecimento referido acima, resta a seus autores e editoras pesquisarem um caminho alternativo para alcançar a escola e a população.

Parece haver, neste ponto, uma atitude contraditória na forma da sociedade proceder: de um lado, a escola apresenta-se como subsidiária no encaminhamento da política cultural; de outro lado, a escola impõe métodos a essa políti-

ca, métodos muitas vezes autoritários, diminuindo os efeitos benéficos que uma atuação, isenta de preconceitos, poderia trazer ao objetivo de tornar o aluno um leitor e difundir diferentes aspectos culturais que existem no país.

A partir de 1972, a administração do sistema escolar recomendou a adoção de autores nacionais em todas as séries escolares. Os livros paradidáticos nasceram das discussões sobre a necessidade de autores brasileiros produzirem para crianças e jovens buscando formar, através deles, o desejo, o gosto e o prazer de ler. As editoras passaram a investir em textos alternativos, com temas e linguagem mais acessíveis, que serviriam para introduzir o aluno no universo da leitura e prepará-lo para obras mais complexas, como as de Machado de Assis, por exemplo.

Surge, assim, uma nova esperança. Não existem apenas livros de leitura chamados de básicos ou didáticos. Percebendo que já existe uma literatura brasileira, com caráter nacional e emancipada de modelos estrangeiros, a indústria editorial se expandiu significativamente. Desde a década de 80 até o presente, as editoras têm investido num mercado considerado amplo e promissor. Hoje, os livros paradidáticos estão incorporados ao dia-a-dia da escola.

Os livros paradidáticos atendem à Literatura e a todas as outras disciplinas, procurando ajudar professores e enriquecer a vida do aluno. Com visual e temas adequados, esses livros procuram despertar o hábito da leitura e levantar questionamentos que antes ficavam à margem da vida escolar, objetivando complementar informações de maneira leve e ágil.

São características dos paradidáticos:

- preços populares;
- longa vida editorial;
- direcionamento a crianças e jovens, além do espaço escolar;
- temas literários e transversais;
- linguagem mais acessível.

Quanto ao conteúdo, temas que a escola jamais pensou em abordar encontram-se em livros de autores responsáveis que procuram par-

ticipar no salto cultural que o país quer dar. Assim, *Enquanto houver vida, viverei*, de Júlio Emílio Braz, conta a história de um jovem que adquiriu Aids por meio de uma transfusão de sangue. *E agora, mãe?* de Isabel Vieira, mostra os conflitos de uma adolescente que engravidou. *Quem fica com Felipe?* de Isa Lima Barreto, trata de afeto e drogas. *Primeiro amor*, destaca a descoberta da sexualidade. Existem, ainda, tramas policiais, aventuras, clássicos da literatura brasileira, tudo com o objetivo maior de educar e despertar para a leitura (Educação, 1998).

Os livros informativos referem-se a disciplinas como História, Geografia, Química, Sociologia, Matemática. Esses livros se reúnem, geralmente, em coleções, como, por exemplo, a *Polêmica* ou a *Desafios*. Os títulos enriquecem o conteúdo acrescentando informações de forma agradável. As editoras têm departamentos responsáveis por área de conhecimento e dispõem de um coordenador que possui domínio científico da matéria e ajuda o editor a escolher títulos e autores.

Geralmente escritos por professores/autores conceituados, os livros informativos utilizam uma trama ficcional para introduzir, no decorrer da história, informações verídicas sobre o fato abordado. Autores como Waldemar de Andrade Silva, que morou numa aldeia indígena para viver as experiências que relata em *Lendas e mitos dos índios brasileiros*, tornam o tema de alto valor em pesquisa, de grande interesse cultural (Ibidem).

A presidente da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, Elizabeth Serra, ofereceu na Folha de São Paulo de 22/2/99 algumas sugestões, para que pais e professores escolham bons livros para a leitura paradidática: a qualidade do texto, do projeto gráfico e das ilustrações. Quando se trata de crianças, o projeto gráfico e as ilustrações pesam tanto na avaliação quanto os textos. As ilustrações devem dialogar com os textos. A escolha de livros, para qualquer idade, sugere que sejam lidos pelos pais ou professores antes da compra. Caso não haja oportunidade para isto, uma boa opção é procurar os

livros premiados. Os principais prêmios distribuídos para obras infantis e juvenis são: Jabuti – Câmara Brasileira do Livro; o prêmio da FNLIJ – Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil; o prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte e o prêmio Adolfo Sizen, da União Brasileira de Escritores. A informação sobre a premiação, em geral, vem impressa na capa ou nas páginas internas.

A escola vem se conscientizando de seu papel, buscando metodologias adequadas de trabalho e compreendendo que a arte proporciona uma visão mais complexa da realidade. Assim, a literatura e a leitura em geral assumem uma função muito mais ampla do que o mero ornamento, pois pode ser “ponte” para a compreensão do mundo e o interesse por ela pode ser despertado em diferentes camadas sociais, mas isto tem de ocorrer pelo gosto, não pela imposição. Cabe ao professor despertar no seu aluno o interesse pela leitura, usando uma diversidade de gêneros literários, para que o aluno descubra o prazer da leitura.

Conclusões

Discutir relações entre leitura, escola, professor e sociedade é uma necessidade de todos os envolvidos com a educação. Só a discussão poderá formar uma visão mais nítida e mais ampla do assunto, e poderá se constituir em ponto de partida para uma atuação pedagógica mais eficaz com resultados que, efetivamente, mudem uma situação e transformem o panorama que se mostra, ainda, desigual e insatisfatório para uma enorme camada da sociedade brasileira.

Se se deseja ampliar o processo de reflexão e crítica para todos através da leitura, é preciso que os contextos político e cultural favoreçam o diálogo entre as associações de grupos e as instituições interessadas na promoção da leitura. A presença do livro paradidático e outros materiais na escola representam um esforço de transformar o ato de ler e de pensar em uma rotina comum

a todo cidadão num futuro cada vez mais próximo. Tornar a leitura popular e democrático o acesso ao livro, popularizar e democratizar a informação, propiciando a troca de idéias e o debate sobre a realidade, precisa ser uma meta incluída em todos os movimentos que envolvem a educação brasileira. Contudo, nem só uma variada oferta de oportunidade vai ampliar o público leitor, nem o aumento de títulos nos catálogos das editoras vai fazê-lo mais exigente e seletivo. Apesar do crescente interesse por parte da escola e fora dela pela leitura, é preciso iniciá-la na caminhada da interpretação do texto literário, que emprega múltiplos recursos para construir o sentido através de uma leitura analítica.

A natureza da mente humana é tal que, se de fato trabalha durante o processo de leitura, se assimila os termos do autor e lhe alcança as proposições, percebe também os argumentos do autor com os quais vai concordar ou discordar e colocar sua própria posição diante do fato narrado e mostrar-se não mais um leitor ingênuo. Aqui reside a esperança de que o professor, mesmo tendo sido o aluno ingênuo de ontem, se torne hoje um bom leitor. Quanto mais o leitor for capaz de discernir reflexivamente as causas do seu prazer de ler, mais perto estará de conhecer as virtudes artísticas da própria obra literária. Só assim se poderá desenvolver um padrão de crítica. O bom gosto em literatura só o adquire quem “aprende a ler”.

Antes de ser um texto escrito, um livro é um objeto, tem forma, cor, textura e descobrir tudo isto é uma forma de leitura que muito conta para as crianças ainda não alfabetizadas. Essa leitura através dos sentidos traz um prazer muito grande para as crianças que sabem o mundo de histórias de encantamentos que ele contém. Os contatos que pais e professores podem proporcionar entre crianças e livros propiciam-lhes a descoberta de um objeto especial diferente do brinquedo, mas capaz de trazer igual prazer.

Mesmo o advento da era eletrônica, com o rádio e a televisão, não destruiu o poder de

sedução do livro. Certas pessoas, ambientes, coisas, bem como conversas casuais, relatos, imagens, temas, cenas, caracteres ficcionais ou não, têm o poder de incitar, como num toque de mágica, a fantasia e libertar a emoção. A história narrada “naquele livro” vem ao encontro de desejos, ameniza ou ressalta frustrações diante da realidade, mas naquele momento responde a uma necessidade, provoca intensa satisfação ou completo desespero.

E tudo isto está nas mãos do professor. A literatura apresenta um papel político amplo, pois várias ideologias podem coexistir na história através da vida de diferentes personagens. Ela deixa de ser apenas um sinal de erudição, para contribuir para a formação do pensamento crítico e atuar como instrumento de reflexão, uma vez que pode questionar, através de sua linguagem, a hegemonia do discurso oficial e o consenso estabelecido pela ideologia dominante. É a arte de inventar, de fingir, de enganar e, ao mesmo tempo, mostrar o engano.

Os escritores contemporâneos têm optado por utilizar a maior diversidade de gêneros, temas, ambientes e personagens, de modo que o leitor possa, pela leitura variada, estabelecer as comparações e o juízo crítico sobre a complexidade do real. Em lugar de síntese, a obra literária tem promovido a análise da realidade, procurando penetrar no ponto de vista do personagem e identificar-se com o seu conflito.

Por outro lado, estar em constante atualização, conhecer muito bem a comunidade e os alunos de sua escola, precisa ser uma rotina para o preparo de projetos ricos e satisfatórios às turmas e aos mestres. Uma bibliografia consultada periodicamente sobre Psicologia, Sociologia, ajudará na atualização do professor e o manterá “no clima” dos autores que se esforçam por acompanhar as mudanças sociais e provocar outras. As leituras que os alunos gostam também podem e devem servir como ponto de partida para a reflexão, análise e comparação com outros textos.

Os recursos tecnológicos modernos vêm tomando o lugar da leitura impressa, da mesma

forma que no século XX a fotografia tomou o lugar da pintura. A comunicação visual das notícias, por exemplo, causa enorme impacto. A capacidade do rádio de transmitir informações, enquanto se está na direção de um carro, representa economia de tempo. Com a multiplicidade de informações à disposição, o que se sabe do mundo hoje é muito mais do que se sabia há bem pouco tempo. É com este impacto tecnológico que o mundo se globaliza.

Mas o excesso de fatos representa para o entendimento um obstáculo tão árduo quanto a escassez deles. Isto significa que, muitas vezes, se pode acreditar que o pensar não é necessário, pois o conjunto de dados massivamente veiculado parece bastar para a solução de todos os problemas, principalmente o de tomar decisões. Nos dias atuais, é certo que nem toda informação precisa ou pode vir através da leitura. Rádio, televisão e, já há alguns anos, a Internet, trazem notícias que se mostram até independentemente

da vontade ativa do indivíduo. Entretanto, para algumas pessoas, estes recursos sempre parecerão transitórios demais e a leitura sempre terá seu lugar de vir e confirmar-se. "Leitores" são pessoas que estão habituadas a ir buscar na palavra escrita grande parte de sua informação e seu conhecimento do mundo.

O professor tem um papel político, quando trabalha com seus alunos e sua ideologia sempre estará refletida em seus atos que, por sua vez, influenciarão os gestos futuros de seus alunos. Aquele professor que optar por uma pedagogia libertadora que venha a tornar seu aluno cidadão consciente e dono de seu destino favorecerá o diálogo contínuo, a dúvida, a troca de idéias. Ainda que tenha sido aluno tolhido, censurado e silenciado, pode se transformar no profissional que nasce após um estágio de tomada de consciência brotado de um saber ler capaz de levar à percepção das contradições sociais e a um posicionamento crítico diante da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVICH, Fanny; VIANA, Viviana de Assis. *De volta às escrituras*. Presença Pedagógica. Belo Horizonte: Dimensão, n. 3, 1995.
- _____. *Estranho mundo que se mostra às crianças*. São Paulo: Summus, 1983.
- CHIAPPINI, Lígia. *Aprender e ensinar com textos*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CORTE, Angela Christina de Oliveira. *Professor e construção do leitor: importância da formação docente em leitura*. São Paulo, 1998. Tese (Mestrado). Faculdade de Educação/USP.
- ECO, Umberto. *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FISHER, Ernest. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
- FREIRE, Paulo. *O ato de ler*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREITAG, Bárbara. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-SE. *Manual para indicação de livros didáticos e módulos paradidáticos*. PNLD-SP, 95/96, 96/97, 97/98.
- GOLDMAN, Lucien. *A sociologia do romance*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- JOLIBERT, Josette. *Formando crianças leitores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994 (219).
- LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 1994.
- MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. *Leitura e formação do gosto (por uma pedagogia do desafio do desejo)*. In *Leitura, Escola e Sociedade*. Série Idéias, n. 13. FDE, São Paulo, 1994.
- MASINI, Maria L. Hage; MAIA Suzana Magalhães. *A leitura enquanto prática social e a intervenção da Escola*. In *Leitura: caminhos da aprendizagem*. Série Idéias, n. 5, 2 ed. São Paulo: FDE, 1994.
- MEC. *Livro didático e qualidade de ensino. Em aberto*. Brasília, 1996.
- _____. *Guia de livros didáticos de 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries*. PNLD 95 a 99. Brasília, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa*. SEF. Brasília, 1997.
- MEC/FNDE/PNLD. *Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos*. Brasília, 1994.
- MEC/SEF. *Projeto pró-leitura na formação do professor*. Brasília, 1996.
- NISKIER, Arnaldo. *LDB - A nova Lei da Educação*. Tudo sobre a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: uma

- visão crítica. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- RIZZO, Sérgio. Um espaço de prazer. *Revista Educação*. São Paulo, ano 25, n. 208, ago. 1998.
- ROCHA, Ruth. Leituras infantis. *Folha de São Paulo*, 22 fev. 1998.
- SILVA, Ana Cláudia; CARBONARI, Rosemeire. Cópia e Leitura oral: estratégias para ensinar? In Chiappini, Lúgia. *Aprender e ensinar com textos*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura na Escola e na Biblioteca*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1986.
- _____. A Leitura no contexto escolar. In *Leitura: caminhos da aprendizagem*. Série Idéias, n. 5, 2 ed. São Paulo: FDE, 1994.
- VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1988.
- YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. *Leitura e Leituras da Literatura infantil*. São Paulo: FTD, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. Leitura: História e Sociedade. In *Leitura: caminhos da aprendizagem*. Série Idéias, n. 5, 2 ed. São Paulo: FDE, 1994.
- _____. *A leitura e o ensino da literatura*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1991.